

TRABALHO: a categoria-chave da sociologia?

Claus Offe

As tradições clássicas da Sociologia burguesa e da Sociologia marxista compartilham a visão de que o trabalho constitui o fato sociológico fundamental; constroem a sociedade moderna e sua dinâmica central como uma "sociedade do trabalho" (Dahrendorf, 1980; Guggenberger, 1982). Certamente, todas as sociedades são compelidas a entrar em um "metabolismo com a natureza", através do "trabalho", e a organizar e estabilizar este metabolismo de forma tal que seu produto garanta a sobrevivência física de seus membros.

Por conseguinte, pode-se desprezar o conceito de uma "sociedade do trabalho", como uma trivialidade sociológica, na medida em que o conceito se refere a uma "eterna necessidade natural da vida social" (Marx). Antes disto, entretanto, é importante explicitar o papel específico representado pelo trabalho, pela divisão do trabalho, pelas classes trabalhadoras, pelas regras de trabalho, pela organização do trabalho e seu conceito correspondente de racionalidade na Sociologia clássica.

A finalidade da teoria sociológica pode ser resumida, em geral, como o exame dos princípios que moldam a estrutura da sociedade, programam sua integração ou seus conflitos e regulam seu desenvolvimento objetivo, sua auto-imagem e seu futuro.

Se considerarmos as respostas fornecidas entre o final do século XVIII e o final da I Guerra Mundial às questões relativas aos princípios organizativos da dinâmica das estruturas sociais, certamente chegaremos à conclusão de que ao trabalho foi atribuída uma posição-chave na teoria sociológica.

O modelo de uma sociedade burguesa gananciosa, preocupada com o trabalho, movida por sua racionalidade e abalada pelos conflitos trabalhistas constitui - não obstante suas diferentes abordagens metodológicas e conclusões teóricas - o ponto focal das contribuições teóricas de Marx, Weber e Durkheim. Hoje, a questão central é: ainda podemos preservar esta preocupação "materialista" dos clássicos da Sociologia?

Antes de examinar criticamente este problema, gostaria de mencionar brevemente três pontos que levaram cientistas sociais e teóricos políticos clássicos a considerar o trabalho como a pedra-de-toque da teoria social.

1. A extraordinária experiência sociológica do século XIX consolidou o estabelecimento e rápido crescimento quantitativo do trabalho em sua forma pura, isto é, o trabalho separado de outras atividades e esferas sociais (1).

Este processo de diferenciação e purificação tomou possível, pela primeira vez na história, "personificar" o trabalho na categoria social do "trabalhador". Isto significa a separação entre a esfera doméstica e a esfera da produção, a divisão entre propriedade privada e trabalho assalariado, assim como a neutralização gradual das obrigações normativas em que o trabalho tinha sido anteriormente encerrado.

Trabalho "livre", desvinculado dos laços feudais, regulado pelo mercado e não mais orientado imediatamente para o uso concreto, mas dirigido pela "tortura da fome" (Max Weber), da coação estrutural para ganhar a vida é, por assim dizer, a matéria-prima das construções teóricas dos clássicos da Sociologia.

2. A antiga hierarquia entre atividades "nobres" e "vulgares", entre aquelas meramente úteis ou necessárias e as significativamente auto-expressivas (uma hierarquia cristalizada na maioria dos idiomas europeus, em pares conceituais como *ponos/ergon*, *labor/opus*, *labour/work*, *Mühe/Werk*) (Conze, 1972; Arendt, 1958), foi promovida, e depois rebaixada, na maré da vitória da Reforma religiosa, do desenvolvimento da teoria da Economia Política e da revolução burguesa. Já na utopia saint-simoniana de uma sociedade diligente e industrial, não somente a riqueza deveria ser aumentada, mas sobretudo a dominação das classes improdutivas deveria ser abolida e, desse modo, a sociedade seria ao mesmo tempo pacificada.

A esfera do ganho mediado pelo mercado foi teologicamente sancionada e contemplada com um *status* ético (como afirmou Weber), ou ganhou o *status* imperativo de "Moisés e os profetas" (Marx), através da "compulsão à acumulação", estimulada pelo próprio modo de produção capitalista. Apenas Durkheim tentou provar que a

contrapressão deste processo conduz à emergência de uma solidariedade orgânica, a uma sociedade burguesa ordenada em termos corporativos, na qual a divisão de trabalho funcionava como uma nova fonte de solidariedade social (orgânica) e integração social. (2)

A proletarianização da força de trabalho e a degradação moral da ganância, induzidas pela utilização industrial desta força de trabalho, conduzem à dominação da racionalidade intencional, e seus dois componentes são mais claramente distinguíveis em Marx que em Weber. Estes componentes incluem a racionalidade *técnica* da busca de objetivos na interação entre humanidade e natureza, e a busca calculada e economicamente racional de objetivos, realizada pela interação de atores econômicos (analisada por Weber através do exemplo da contabilidade racional).

Em Marx há uma óbvia razão teórico-estratégica para contrastar estes elementos por meio da distinção conceitual entre os processos de "produção" e de "valorização". Esta distinção permite a construção de um cenário evolutivo, no qual cada processo é incompatível com o outro; a racionalidade econômica das unidades concorrentes de capital transforma-se em uma "peia" para as forças produtivas "técnicas". Este antagonismo dissolve-se na luta por uma formação social na qual prevalece a racionalidade técnica (mas não mais a racionalidade econômica) do capital.

Para o marxismo clássico, sistemas e relações sociais, políticas e culturais são produtos (não obstante a disposição teórica para levar em consideração os "efeitos recíprocos") e, em última instância, apêndices dependentes da produção material e suas duas faces - os processos de "produção" e de "valorização".

Marx e Weber concordam que a racionalidade estratégica da contabilidade do capital e a separação do trabalho em relação às unidades domésticas imediatas, aos critérios de valor de uso, ao ritmo da fome e da satisfação, constituem a principal força-motriz subjacente à racionalização formal das sociedades capitalistas. Os processos imediatos de trabalho e produção são organizados e regulados de acordo com os ditames *desta* racionalidade, cujos funcionários são o *staff* burocrático do capital.

Separado das famílias e das formas tradicionais de associação, e privado de proteção política, o trabalho assalariado foi vinculado à organização e à divisão capitalista do trabalho, assim como aos processos de pauperização, alienação, racionalização e a formas organizadas e desorganizadas de resistência (econômica, política, e cultural) intrínseca a estes processos.

Todas essas questões transformaram-se, conseqüentemente, no pivô em torno do qual giram a pesquisa e a formação teórica das ciências sociais, e do qual emanaram todas as subseqüentes preocupações teóricas com política social, sistemas familiares e morais, urbanização e religião. E é precisamente este abrangente poder de determinação do fato social do trabalho (assalariado), e suas contradições, que hoje se tornou sociologicamente questionável.

O declínio do modelo de pesquisa social "centrado no trabalho"

Esta tese pode ser confirmada por uma rápida olhada nas preocupações temáticas, nos pressupostos mais ou menos tácitos e nas opiniões relevantes que governam a ciência social contemporânea. Deste ponto de vista, encontra-se ampla evidência para a conclusão de que o trabalho - e a posição dos trabalhadores no processo de produção - não é tratado como o mais importante princípio organizador das estruturas sociais, de que a dinâmica do desenvolvimento social não é concebida como nascendo dos conflitos a respeito de quem controla o empreendimento industrial; e de que a otimização das relações entre meios e fins técnico-organizacionais ou econômicos não é considerada a forma de racionalidade que prenuncia um desenvolvimento social posterior.

Para ilustrar esta conclusão negativa, serão fornecidos alguns indicadores preliminares. Enquanto estudos sociológicos sobre a indústria e o trabalho, elaborados na Alemanha Ocidental na década de 50, ainda enfatizavam a situação industrial dos trabalhadores, na esperança de que isto pudesse indicar o futuro desenvolvimento da organização do trabalho e da orientação sócio-política dos trabalhadores, em inúmeros estudos contemporâneos essa situação aparece mais como uma variável dependente da "humanização" do trabalho, iniciada pelo Estado, e das políticas sociais e trabalhistas. Desde o início (e de forma inteiramente plausível), a esfera do trabalho é tratada como "externamente constituída", enquanto a Sociologia Industrial é confinada na maioria das vezes a um ramo especial da pesquisa aplicada sobre políticas (3).

Pesquisas sociológicas sobre a vida cotidiana também representam uma ruptura com a idéia de que a esfera do trabalho tem um poder relativamente privilegiado para determinar a consciência e a ação social. Muitas vezes a abordagem oposta é que é adotada, e por meio dela as experiências e os conflitos engendrados pelo trabalho são encarados como uma conseqüência de interpretações obtidas fora do trabalho (Mahnkopf, 1982).

A limitação do paradigma "centrado no trabalho" é também enfatizada por análises sociológicas de comportamento eleitoral e da atividade política em geral. Estas conduzem, por exemplo, à conclusão de que variáveis de *status* sócio-econômico são indicadores menos adequados de comportamento eleitoral do que, digamos, confissão religiosa. Da mesma forma, os conflitos e ideologias nacionais e internacionais do Segundo e do Terceiro Mundo

parecem escapar cada vez mais às categorias da "teoria da modernização", como produção, crescimento, racionalidade econômica e técnico-intencional, escassez e distribuição.

Também nas sociedades capitalistas industriais do Ocidente os conflitos sociais e políticos predominantes freqüentemente atravessam o conflito distributivo entre trabalho e capital, enfatizado pelo conceito de trabalho social. Além disso, a pesquisa orientada para políticas em sociedades capitalistas industriais parece estar preponderantemente voltada para estruturas sociais e esferas de atividade que se situam nas margens, ou completamente fora, do domínio do trabalho - como família, papéis sexuais, saúde, comportamento "desviante", interação entre a administração pública e sua clientela etc. É interessante notar o declínio das tentativas de compreender a realidade social através das categorias de trabalho assalariado e de escassez, dentro da tradição do materialismo histórico, onde predominam agora esforços para rever e complementar modelos de realidade social "centrados no trabalho" (4).

Estudos tradicionais sobre estratificação e mobilidade, que procuram compreender o parâmetro estrutural "crucial" da realidade social através de variáveis como *status* ocupacional e prestígio (inclusive *status* educacional e níveis de consumo baseados na renda), também tiveram que sofrer uma revisão, no sentido de uma atenção maior a variáveis como sexo, idade, *status* familiar, saúde, identidade étnica, direitos coletivos e reivindicações legais.

Diante destas observações sobre o estado atual da pesquisa sociológica, talvez não seja muito arriscado sustentar que a defesa rígida (analítica e político-normativa) de modelos sociais e critérios de racionalidade centrados no trabalho e na renda constitui hoje um tema preferencial de cientistas sociais conservadores, enquanto aqueles atrelados à tradição do materialismo histórico ou da teoria crítica tendem a rejeitar, hoje, estes modelos e categorias ainda mais decididamente do que o fizeram os trabalhos teóricos e empíricos clássicos da escola de Frankfurt, em favor de um "mundo-da-vida cotidiana" a ser defendido contra abusos econômicos e/ou políticos.

De outro lado, estas impressões e observações sugerem ainda a necessidade de se considerar a objeção de que os temas e as preferências conceituais da ciência social, em qualquer conjuntura particular, não precisam necessariamente nos contar algo confiável sobre mudanças na própria vida social.

Estas opiniões podem simplesmente refletir as confusões de uma Sociologia que fracassa ou desiste prematuramente, quando confrontada com a tarefa sociológica clássica de localizar o ponto de origem da estrutura e da dinâmica da sociedade no trabalho, na produção, nas relações de propriedade e no cálculo econômico racional.

Sendo este o caso, seria necessário uma teoria sociológica da transformação de seu objeto - e não apenas a classificação empírica de temas e perspectivas que se alteram - que assim poderia fornecer uma explicação mais sólida a respeito da reorientação dos interesses de pesquisa, ao longo das linhas discutidas acima.

Por sua vez, isto estimularia as seguintes indagações: há indicações de um declínio no poder objetivo de determinação do trabalho, da produção e do consumo sobre as condições e o desenvolvimento social como um todo? A sociedade está objetivamente menos moldada pelo fato do trabalho? A esfera da produção e do trabalho está perdendo sua capacidade de determinar a estrutura e o desenvolvimento da sociedade mais ampla? Pode-se afirmar que, não obstante o fato de uma esmagadora parcela da população depender de salário, o trabalho se tornou menos central para os indivíduos e para a coletividade? Pode-se portanto falar de uma "implosão" da categoria trabalho? A próxima seção irá concentrar-se em três pontos que poderiam justificar uma resposta positiva a todas estas questões.

Subdivisões na esfera do trabalho

O primeiro conjunto de dúvidas com relação à centralidade do trabalho emerge assim que se leva seriamente em conta sua vasta heterogeneidade empírica. O fato de uma pessoa "trabalhar", no sentido formal de estar "empregada", tem sido aplicado a um segmento sempre crescente da população. Não obstante, este fato tem cada vez menor relevância para o conteúdo da atividade social, a percepção de interesses, o estilo de vida etc. Descobrir que alguém é um "empregado" é muito pouco surpreendente e não muito informativo, uma vez que a expansão relativa do trabalho assalariado coincide com sua diferenciação interna. Esta não pode mais ser adequadamente compreendida pelo conceito tradicional da "divisão de trabalho", pois também abrange a distinção entre aqueles que estão submetidos à divisão de trabalho e aqueles que não estão, ou estão em escala muito menor.

Apesar desta diferenciação e da diversidade da realidade social, a suposição de sua unidade e coerência internas é normalmente adotada por referência a cinco argumentos sociológicos: (a) o critério comum da dependência da força de trabalho em relação ao salário; (b) a subordinação desta força de trabalho ao controle organizado da administração; (c) o persistente risco de interrupções na capacidade dos trabalhadores de ganhar dinheiro, em virtude de fatores subjetivos (doença, acidentes) ou objetivos, como mudanças técnicas e econômicas; (d) a homogeneização indireta do trabalho, que resulta da presença e do monopólio da representação exercidos por grandes sindicatos (Heinze, 1980); (e) o orgulho coletivo dos produtores, uma consciência que expressa reflexivamente a teoria do valor-trabalho (nas palavras da *Crítica ao programa de Gotha*) como "a fonte de toda a riqueza e de toda a cultura".

Se, e até que ponto, estes atributos supostamente homogeneizantes podem ser preservados contra a diversificação objetiva do trabalho social, é uma pergunta que permanece sem resposta. Todavia, isto parece mais duvidoso quanto mais as situações particulares de trabalho são marcadas por uma ampla variação em termos de renda, qualificações, manutenção do emprego, reconhecimento e visibilidade sociais, fadiga, oportunidades de carreira, possibilidades e autonomia de comunicação.

Sintomas de crescente heterogeneidade despertam dúvidas sobre se o trabalho assalariado ainda pode, *nesta qualidade*, ter uma significação precisa e partilhada, para toda a população que trabalha e seus interesses e atitudes sociais e políticos. Estes sintomas abrem a possibilidade de o trabalho se ter tornado "abstrato", num certo sentido, de modo a ser considerado apenas uma categoria estatística descritiva, e não uma categoria analítica para se explicar estruturas, conflitos e ações sociais.

Qualquer que seja o caso, fica claro que os processos multidimensionais de diferenciação, que têm sido convincentemente demonstrados em inúmeros estudos da segmentação do mercado de trabalho, da polarização das qualificações dos trabalhadores e das transformações econômicas, organizacionais e técnicas das condições de trabalho, tornam o fato de ser um "empregado" menos significativo, e não mais um ponto de partida para associações culturais, organizacionais e políticas ou para identidades coletivas.

Nas fases iniciais do desenvolvimento capitalista industrial, é claro que a formação de uma identidade coletiva baseada no trabalho como fonte de toda a riqueza, nada tinha de óbvia. Pode ser que a contribuição involuntária do capital à solidariedade, a saber, a maciça concentração de uma força de trabalho, homogeneizada e padronizada na forma organizacional da produção industrial em larga escala (tal como analisado por Marx), tenha ajudado a unir os trabalhadores, tanto objetiva como subjetivamente.

Não obstante, as condições do mercado de trabalho e, portanto, a mobilidade vertical e horizontal do trabalho sempre confrontaram os trabalhadores, no âmbito dos *interesses*, com o "triângulo mágico" - as metas sempre parcialmente incompatíveis de salários crescentes, manutenção dos níveis de emprego e melhores condições de trabalho - e com o dilema, situado no nível dos meios, entre a busca individual ou coletiva de interesses, entre a "luta no interior do sistema de salários" e a "luta contra o sistema de salários".

A contínua diferenciação interna do conjunto dos trabalhadores assalariados, assim como a erosão das fundações políticas e culturais de uma identidade coletiva centrada no trabalho, ampliaram estes dilemas das formas contemporâneas do trabalho assalariado a tal ponto, que o fato social do trabalho assalariado, ou a dependência em relação ao salário, não constitui mais o foco da identidade coletiva e da divisão social e política. Com relação a seus conteúdos objetivos e subjetivos de experiência, muitas atividades remuneradas pelo salário têm pouca coisa em comum além da palavra "trabalho".

Pode-se ficar tentado a criticar esta conclusão como prematura e subjetiva, e objetar que é a lógica essencialmente idêntica da valorização do capital que, ao mesmo tempo, domina as formas de trabalho e fomenta sua variação crescente.

A capacidade de persuasão destas objeções parece-me limitada. Pois as inúmeras fraturas no trabalho assalariado supostamente unificado e "formalizado" (assim como seu impacto sobre indivíduos, organizações e ação política) são tão evidentes que não podem ser teoricamente banalizadas.

Durante os anos 70, quatro dentre estas fraturas ocuparam o centro das atenções da sociologia da indústria, do trabalho, da estratificação e da teoria de classes. A primeira é a distinção entre mercado de trabalho primário e secundário, assim como entre mercado de trabalho interno e externo. Segundo, ficou claro que, numa larga e crescente medida, a produção de bens e serviços ocorre fora do modelo institucional do trabalho assalariado formal e contratual, isto é, em áreas onde os trabalhadores não são "empregados", mas membros de famílias e unidades domésticas, de instituições compulsórias como exércitos e prisões, ou de uma economia subterrânea, semilegal ou criminosa.

Terceiro, sociólogos marxistas, especialmente, concentram-se na cisão vertical no interior das fileiras dos trabalhadores assalariados e no crescimento de posições de classe intermediárias ou "heterogêneas" (E. O. Wright), em que a dependência em relação ao salário coincide com a participação na autoridade formal. Finalmente, sociólogos do trabalho enfatizaram as diferenças entre formas de trabalho "produtivas" e "de serviços".

Este último ponto, sobre o qual me concentrarei, tornou-se a base das explicações macrosociológicas da emergente "sociedade de serviços pós-industrial" (Bell). Enquanto se pode subordinar a maior parte do trabalho exercido no setor "secundário" (isto é, a produção de bens industrializados) a um denominador comum abstrato - o da produtividade técnico-organizacional e da lucratividade econômica -, estes critérios perdem sua clareza (relativa) quando o trabalho se torna "reflexivo", como acontece na maior parte do setor "terciário" (de serviços).

Nas sociedades capitalistas industriais, o contínuo e rápido aumento na proporção de trabalho social empregado

na produção de serviços indica que problemas de escassez e de eficiência, que determinam a racionalidade na produção dos bens industrializados, são suplementados com problemas de ordem e normalização, que não podem ser adequadamente tratados através da supremacia técnica e econômica da escassez, mas que requerem uma racionalidade específica do trabalho em serviços.

Um aspecto essencial de todo o trabalho "reflexivo" em serviços é que ele processa e mantém o próprio trabalho; (5) no âmbito do setor de serviços a produção é conceitual e organizacionalmente fundamentada. Tanto em empresas privadas como em públicas, atividades como ensino, saúde, planejamento, organização, controle, administração e aconselhamento -isto é, atividades de prevenção, absorção e processamento dos riscos e desvios da normalidade - são majoritariamente dependentes de salário, exatamente como ocorre com a produção industrial de mercadorias.

Entretanto, estas atividades de serviços são diferentes em dois aspectos. Primeiro, em razão da heterogeneidade dos "casos" que são processados no trabalho de serviços, e devido aos altos graus de incerteza a respeito de onde e quando eles ocorrem, uma função de produção técnica que correlacione *inputs* a *outputs*, frequentemente não pode ser fixada e utilizada como critério de controle do desempenho adequado do trabalho.

Segundo, o trabalho em serviços difere do trabalho produtivo pela falta de um "critério de eficiência econômica", claro e incontroverso, do qual possam ser estrategicamente derivados o tipo e a quantidade, o lugar e o ritmo de trabalho "aconselháveis". Este critério está ausente porque o resultado de inúmeros serviços públicos, assim como aqueles desempenhados por "empregados" em firmas do setor privado, não é "lucro" monetário, mas são "utilidades" concretas; os serviços frequentemente contribuem para evitar perdas, cujo volume quantitativo não pode ser facilmente determinado, precisamente porque as perdas *são* evitadas.

No que diz respeito à racionalidade técnica do trabalho em serviços, sua não-padronização deve ser aceita e substituída por qualidades como competência interativa, consciência da responsabilidade, empatia e experiência prática adquirida. No lugar dos inseguros critérios econômico-estratégicos de racionalidade, encontram-se cálculos baseados em convenção, vontade política ou consenso profissional.

Os critérios de racionalidade desenvolvidos para a utilização e o controle da força de trabalho na produção capitalista de mercadorias podem ser transferidos para a "produção" de ordem e normalidade, pelo trabalho em serviços, apenas dentro de limites estreitos e, mesmo assim, apenas através de uma redução no grau de racionalidade "formal". Isto significa, "inversamente", que embora a esfera do trabalho em serviços (públicos e privados) não esteja absolutamente "liberada" do regime de racionalidade formal econômica, baseada no salário, ela se tornou um "corpo estranho" separado, mas funcionalmente necessário, que é limitado externamente (mas não estruturado internamente) por aquela racionalidade econômica. É esta diferenciação no interior do conceito de trabalho que me parece constituir o ponto mais crucial de sustentação ao argumento de que não se pode mais falar de um tipo basicamente unificado de racionalidade, que organizaria e governaria o conjunto da esfera do trabalho.

O crescimento de um trabalho em serviços mediador, regulador, ordenador e normalizador não pode, portanto, ser interpretado através do modelo de uma "totalização" da racionalidade do trabalho, baseada na produção técnico-organizacional e economicamente eficiente de mercadorias por trabalhadores assalariados.

Ao contrário, pode ser interpretado através do modelo do "retorno do reprimido", no sentido de um aumento de "problemas de segunda ordem" e "custos de complexidade", que se acumularam como resultado da mobilização do trabalho assalariado; deste ponto de vista, estes problemas e custos requerem agora um controle, através de vários tipos de trabalho em serviços (por exemplo, educação, saúde, seguros, comunicações), para que seja preservada a "ordem" numa sociedade baseada na ganância formal-racional.

A racionalidade "substantiva" de base normativa, que tinha sido vitoriosamente reprimida no trabalho produtivo e na transformação da força de trabalho numa mercadoria comercializável, está, por assim dizer, reemergindo. Denunciando a repressão da racionalidade "substantiva" na esfera do trabalho assalariado, ela toma a forma de números crescentes de trabalhadores e profissionais em serviços, cuja tarefa especial é a de garantir institucionalmente uma existência social através de um tipo especial de trabalho.

A ambivalência e a independência deste tipo de trabalho social derivam do fato de que se trata de um "indispensável corpo estranho", que garante e padroniza as condições e as fronteiras de um tipo de trabalho ao qual ele próprio não pertence. Ao mesmo tempo que funciona como um "vigia e regulador" (Marx) do trabalho e do processo de valorização, ele está também parcialmente livre da disciplina imediata de uma racionalidade social ambiciosa, e de suas correspondentes restrições de realização e produtividade. Como um agente da sintetização consciente de sistemas e processos sociais, o trabalho em serviços da "nova classe" desafia e questiona a sociedade do trabalho e seus critérios de racionalidade (realização, produtividade, crescimento) em favor de medidas de valor substantivas, qualitativas e "humanas" (Bruce-Briggs, 1979; Schelsky, 1975).

Nas sociedades "pós-industriais", a subdivisão do "conjunto dos trabalhadores" em "produtores" e "produtores de produção" não apenas enfraquece a unidade estrutural do trabalho social e a racionalidade que o governa, mas também desafia os padrões de racionalidade que conduzem (e possivelmente limitam) a troca socialmente mediada com a natureza.

Hoje, esta linha de conflito fica evidente em inúmeras tensões culturais e políticas entre os trabalhadores do setor público (assim como parte das equipes de serviços do setor privado) e os protagonistas do modelo da sociedade do trabalho dentro da velha classe média e da classe operária industrial.

Do ponto de vista sociológico, parece-me altamente inconsistente denunciar simplesmente a "nova classe" e seu "novo hedonismo" como um corpo estranho, sem refletir ao mesmo tempo sobre sua indispensabilidade funcional. Atualmente, esta atitude polêmica obscurece e equipara questões concernentes à gênese e ao crescimento da influência estrutural e cultural da "nova classe média" produtora de serviços, no meio de uma sociedade do trabalho ambiciosa, que gera hiatos funcionais e sofre de falta de ordem, segurança e normalidade.

A vigilância, a regulação, a garantia e a programação dos processos sociais proporcionados pela nova classe média constituem requisitos gerados por esses hiatos funcionais. Estes serviços (que certamente não estão limitados ao setor público) só poderão se tornar completamente funcionais quando forem relativamente autônomos e mobilizados contra os imperativos e as restrições do trabalho assalariado. É, então, absurdo denunciar, em nome da racionalidade e do *ethos* de uma "sociedade do trabalho intacta", aqueles grupos funcionais que só podem prestar serviços a esta sociedade do trabalho, assumindo uma postura "reflexiva", que está estrutural e culturalmente em tensão com a sociedade.

Visto desta forma, confrontamo-nos hoje com uma ambigüidade sociologicamente explicável no conceito de trabalho. Esta ambigüidade tem grandes conseqüências para as bases conceituais da Sociologia, assim como para a consideração dos ambíguos e contraditórios critérios de racionalidade, cristalizadas na relação entre a "produção eficiente" e a "manutenção efetiva da ordem".

O declínio da ética do trabalho

Um segundo conjunto de dúvidas sobre a centralidade do trabalho relaciona-se com a avaliação subjetiva do trabalho entre a população trabalhadora. Qual a significação do trabalho assalariado para o modo de vida e a consciência dos assalariados em geral? Que orientação e motivos eles desenvolvem a respeito das esferas do trabalho e da atividade econômica?

O que é paradoxal a este respeito é que, ao mesmo tempo que uma parcela sempre maior da população participa do trabalho assalariado, há um declínio na extensão em que o trabalho assalariado "participa", por assim dizer, da vida dos indivíduos, envolvendo-os e moldando-os de formas distintas. Esta *descentralização* do trabalho com relação a outras esferas da vida e seu confinamento nas margens das biografias são confirmados por muitos diagnósticos contemporâneos. Dahrendorf (1980, p. 756), por exemplo, descreve o fim de uma era na qual o "trabalho constituía o poder irradiador da vida, aglutinando todos os aspectos de sua construção social".

Sociologicamente falando, há dois mecanismos principais que podem assegurar que o trabalho desempenha um papel principal na organização de uma existência pessoal: (a) no nível da integração social, o trabalho pode ser normativamente sancionado como um dever, ou (b) no nível da integração sistêmica, pode ser colocado como uma *necessidade*.

No primeiro caso o trabalho é o ponto fundamental de uma vida correta e moralmente boa; no segundo, é a simples condição da sobrevivência física (6).

A perda da centralidade, freqüentemente alegada, e da relevância subjetiva do trabalho - a proposta que está sendo aqui considerada - teria que ser conseqüentemente demonstrada e explicada através de fatores e evoluções que tornassem inoperante um dos mecanismos (ou os dois).

Para começar, o poder de convencimento da idéia do trabalho como um dever humano ético está provavelmente se desintegrando, não apenas por causa da erosão das tradições culturais religiosas ou leigas. Tampouco a idéia se enfraqueceu unicamente em virtude do crescimento de um hedonismo centrado no consumo, cuja propagação mina a infraestrutura moral das sociedades capitalistas industriais (7).

O poder *coercitivo* da ética do trabalho pode ter sido adicionalmente enfraquecido pelo fato de que ela geralmente só pode funcionar sob condições que (pelo menos até certo ponto) permitam aos trabalhadores participar em seu trabalho como pessoas reconhecidas e moralmente atuantes. É bastante incerto se, e em que áreas do trabalho social, esta precondição está sendo hoje satisfeita (8).

Na medida em que são moldados no padrão de "taylorização", processos de racionalização organizacional e técnica parecem resultar, ao contrário, na eliminação do "fator humano", e de suas qualidades morais, do processo de

produção industrial (Kumar, 1979, p. 15).

Do ponto de vista da estratégia empresarial, é inteiramente racional tornar o processo de produção tão independente quanto possível deste "fator humano", especialmente quando ele pode produzir incerteza e perturbação. Entretanto, na medida em que as precondições estruturais e o espaço autônomo para as orientações "morais" ao trabalho são "racionalizadas", não se pode esperar nem reivindicar estas orientações. Junto com a degradação e a desqualificação do trabalho (Crusius & Wilke, 1982), freqüentemente observadas, a dimensão subjetiva do trabalho - o feixe de obrigações e demandas associadas ao "orgulho do produtor" e seu reconhecimento social - também se enfraquece.

Max Weber considerava a vocação para o trabalho uma precondição do trabalho assalariado e do "espírito do capitalismo". Atualmente, este prognóstico de que "uma conduta de vida racional baseada na idéia de vocação" irá definir nossas vidas "até que a última tonelada de carvão fossilizado seja queimada", pode ser considerado discutível (9).

Uma razão adicional para a depreciação moral e o declínio da significação subjetiva da esfera do trabalho é a desintegração dos *milieux* de vida que estão organizados de acordo com as categorias do trabalho e da ocupação e complementados por tradição familiar, filiação organizacional, consumo de lazer e instituições educacionais.

Atualmente, como observa Michael Schumann, a "localização (sócio-cultural) do contexto da vida proletária está radicalmente em declínio" (10). A tentativa de interpretar o contexto da vida como um todo, em termos de centralidade da esfera do trabalho, é também cada vez mais implausível, por causa da estrutura temporal do trabalho e sua alocação na biografia das pessoas. Uma continuidade biográfica entre aquilo em que alguém é treinado e aquilo em que esta pessoa está realmente empregada, assim como uma continuidade ocupacional ao longo de uma vida profissional, pode já ser hoje bastante excepcional.

Mais ainda, a proporção de tempo dedicado ao trabalho vem declinando consideravelmente na vida das pessoas; o tempo livre também aumentou e parece que vai continuar aumentando. Isto significa que experiências, orientações e necessidades paralelas estão se tornando mais proeminentes que aquelas baseadas no trabalho (11). Descontinuidade na biografia profissional e uma parcela crescente de tempo dedicado ao trabalho na vida de uma pessoa podem reforçar a visão do trabalho como uma preocupação "entre outras", e relativizar sua função como pedra-de-toque da identidade pessoal e social (12).

Na medida em que aumenta a experiência (ou a antecipação) do desemprego (13), ou a aposentadoria involuntária (14), mais se enfraquece o efeito do estigma e da auto-estigmatização gerados pelo desemprego porque, além de um certo ponto (e especialmente se o desemprego estiver concentrado em certas regiões ou indústrias), uma pessoa não pode mais ser responsabilizada em termos de fracasso ou culpa individual.

À luz dos dados e prognósticos econômicos atuais, não parece de todo irrealista esperar um drástico declínio no potencial de absorção do mercado de trabalho num futuro próximo; provavelmente, estas condições reduzirão ainda mais os períodos médios de trabalho como proporção do tempo de vida ou, ao contrário, fomentarão o crescimento de um amplo setor "marginalizado" da população, fora da esfera do emprego "vantajoso" (15).

Tomadas em conjunto, estas circunstâncias fazem parecer improvável que o trabalho, a realização e a ambição continuem a desempenhar um papel central, como norma que integra e conduz a existência pessoal. Tampouco parece provável que esta norma de referência possa ser politicamente reativada ou reabilitada. Recentes tentativas de "remoralizar" o trabalho e tratá-lo como a categoria central da existência humana devem, por conseguinte, ser consideradas um sintoma da crise, mais do que uma cura.

Significação maior pode, portanto, ser atribuída ao segundo dos mecanismos destacados acima para condicionar as atitudes das pessoas em relação ao trabalho - regulação através de incentivos positivos das recompensas obtidas por meio do trabalho e/ou incentivo negativo da penúria, que deve ser evitada pelo trabalho. Estes mecanismos correspondem à relação "instrumental" com o trabalho, moralmente neutralizada, descrita por Goldthorpe. Entretanto, tal como acima, gostaria de especificar alguns dos obstáculos que também parecem bloquear a eficácia deste mecanismo.

Em primeiro lugar, estudos recentes em psicologia econômica indicam que o efeito motivador do salário opera assimetricamente (Scitovsky, 1976; Hirsch, 1977). O crescimento individual e (mais ainda) o coletivo da renda não aumentam (ou aumentam muito pouco) o sentido do bem-estar ou da satisfação coletiva, e podem muito bem conduzir até mesmo à sua diminuição. "A utilidade marginal do dinheiro é diferente para a redução da insatisfação e a produção da satisfação" (Lane, 1978; p. 803). Em outras palavras, o efeito motivador das alterações na renda, pelo menos em um nível relativamente alto de renda, aparece apenas negativamente, como um efeito punitivo. "Bens de consumo, e a renda, para comprá-los, têm uma relação bastante fraca com as coisas que fazem a felicidade das pessoas: autonomia, auto-estima, felicidade familiar, lazer livre de tensões, amizades" (Lane, 1978, p. 815), enquanto "a satisfação com

atividades não relacionadas com o trabalho contribui mais do que qualquer outro fator para a satisfação existencial" (Lane, 1978, p. 817).

Portanto, especulações sobre os efeitos motivadores positivos do crescimento da renda podem perder muito de sua plausibilidade, pelo menos nos níveis de salário e de saturação com bens de consumo atingidos na Europa Ocidental.

Se as mudanças positivas e negativas na renda incentivam apenas limitadamente na quantidade e na qualidade dos esforços no trabalho, isto se aplica ainda mais quando se compara a renda com a "não-utilidade", subjetivamente experimentada, ligada ao trabalho.

Na Sociologia Industrial uma série de conclusões sugere a noção de um hiato crescente entre os aumentos percebidos da não-utilidade do trabalho, de um lado, e o declínio da satisfação intrínseca, de outro.

Durante a década de 70, a força de trabalho tornou-se mais sensível (e crítica) às fadigas físicas e psicológicas do trabalho e seus conseqüentes riscos de saúde e de desqualificação. Isto resultou no aumento da reivindicação sindical sobre condições de trabalho e estimulou, mesmo ocasionalmente fora dos sindicatos, debates sobre o abandono da luta *por* melhores condições de trabalho, como inviável, e sua substituição por uma luta *contra* o trabalho e sua forma industrial. Acima de tudo, esta sensibilidade ganhou "reconhecimento diplomático", na forma de programas estatais para a "humanização" do trabalho.

Tudo isto foi reforçado por uma sensibilidade crescente para os custos sociais e ecológicos da produção, inclusive aqueles não necessariamente concentrados no local de trabalho e em empresas específicas. Permanece questão aberta se esta evolução pode ser melhor explicada pela crescente violação das demandas *permanentes* relativas à qualidade do trabalho ou pelo *aumento* destas demandas (isto é, com referência à "defesa das necessidades" ou a "demandas emergentes").

Não obstante, fica claro que a maioria destas demandas ainda não foi satisfeita. Se a crescente sensibilidade de largas parcelas da força de trabalho para a utilidade negativa do trabalho assalariado coincidir com a percepção de um declínio no valor de uso de seus produtos, pode-se esperar uma perda crescente na relevância subjetiva do trabalho assalariado ou uma aceitação decrescente de suas condições físicas, psicológicas e institucionais. É sintomático desta possibilidade o fato de que a tradicional reivindicação sindical por um efetivo "direito ao trabalho" - uma demanda que atualmente já possui um pronunciado tom utópico - seja criticada como insuficiente, e, portanto, refraseada numa demanda pelo "direito ao trabalho útil e significativo" (Mueckenberger, s/d).

Evidências adicionais desta possibilidade são fornecidas pela discussão travada pelos sindicatos, durante a segunda metade da década de 70, sobre a necessidade de uma forma "qualitativa" de crescimento, que problematize explicitamente o "valor de uso" concreto, tanto dos *inputs* quanto dos *outputs* do processo de trabalho (16).

A *redução* da renda pode; evidentemente, ter um efeito disciplinador nas disposições dos trabalhadores. Argumentos persuasivos contra a probabilidade deste resultado têm sido, entretanto, levantados até pelos economistas neo-liberais. Ressalta-se que o princípio básico (esposado pelo apóstolo Paulo e por Josef Stálin) de que "quem não trabalha não deve comer" não está fortemente institucionalizado nos *welfare state* liberais. Na medida em que o *feed back* imediato entre trabalho individual e renda individual está dissolvido em relações *coletivizadas* e sancionadas pelas instituições e pelas exigências legais do *welfare state*, assim como por grandes empresas e pela negociação salarial coletiva, desenvolve-se inevitavelmente um problema clássico de bens coletivos - o de desvincular ações e suas conseqüências para os atores individuais.

Utilizando este argumento para uma crítica ao *welfare state*, pode-se dizer que a fuga individual da compulsão para o trabalho, imposta (idealmente) pelo mercado, não é mais punida automaticamente e que, inversamente, os esforços individuais não são mais julgados "vantajosos", porque serão engolidos por encargos fiscais e para-fiscais. Ao contrário, torna-se até racional para o empregado, que contribui individualmente para sistemas coletivos de seguro, reclamar mais benefícios que aqueles pelos quais pagou, agindo portanto como um "carona" do *welfare state*; torna-se também racional para o investidor "aguardar" até que a dose antecipada de auxílios e subsídios econômicos e políticos reduza o grau de risco a praticamente zero (17).

Os críticos conservadores do *welfare state* esperam que emergjam evoluções decisivas a partir destes arranjos, porque eles subvertem os fundamentos da racionalidade dos processos de troca, e de sua regra de equivalência.

A lógica destas evoluções consiste em que as condições objetivas para a estabilidade do sistema econômico não podem mais ser suficiente, efetiva, confiável e rapidamente transformadas em orientações subjetivas de atores individuais. Na estrutura irreversível do *welfare state* e da democracia pluralista, só se pode esperar um nível adequado de responsabilidade individual diante das sistemáticas tendências à crise, se existir uma efetiva infraestrutura moral de regras de solidariedade e de obrigações para com o trabalho. Estas são consideradas indispensáveis para evitar efetivamente o "caronismo", estimulado pela política social e o adiamento estratégico dos investimentos, possibilitado

pelas políticas econômicas intervencionistas.

É altamente duvidoso que as atitudes em relação ao trabalho possam ser "remoralizadas", pelas razões acima mencionadas. Além disso, um compromisso sócio-ético, recíproco e obrigatório, por parte dos *investidores*, não pode ser realisticamente concebido na estrutura da ordem econômica existente.

Igualmente irrealista (e frequentemente admitida até por seus protagonistas) é a proposta da crítica neo-liberal ao *welfare state*, de "individualizar" as relações de troca dos mercados de trabalho e de capital, através da redução das responsabilidades do Estado com relação ao bem-estar social e econômico da sociedade. Uma cura tão radical, através do retorno ao "individualismo" e à "regulação pelo mercado", colocaria em sério perigo a relativa harmonia social da sociedade do trabalho, que historicamente só foi conquistada através de um sistema de distribuição e seguro coletivos, garantido pelo Estado.

Neste sistema, pode haver pouca confiança no individualismo e no direto efeito disciplinador e legitimador da penúria econômica como um dos meios integrativos da sociedade. Aliás, este ponto é especialmente confirmado por recentes análises marxistas, que enfatizam que o mecanismo do exército de reserva perdeu sua eficácia geral devido, entre outros fatores, ao caráter crescentemente "heterogêneo" do trabalho social (discutido acima) (Bowles & Gintis, 1982; Berger, 1981).

Um fortalecimento da ganância universal, ou uma diminuição das demandas salariais e das expectativas sobre a qualidade do trabalho, também são difíceis de esperar, como resultado da longa experiência de desemprego e subemprego em massa, especialmente quando estiverem concentrados em certos bairros, cidades, regiões, setores econômicos, grupos etários ou étnicos. Ao invés de estimular a ambição dos indivíduos, estas situações conduzem os atingidos pela adversidade a retraimentos fatalistas ou a autointerpretações coletivas que responsabilizam as políticas econômicas, de mercado e sociais do Estado pela situação destes grupos marginalizados e desprivilegiados.

A significação nitidamente crescente das barreiras "adscritas" que bloqueiam a entrada no mercado de trabalho em geral, ou em suas partes preferenciais, torna impossível, por definição, superá-las através da adaptação individual. Mesmo onde a possibilidade de adaptação não está logicamente excluída, a disposição para adaptar está empiricamente distribuída de maneira paradoxal: os esforços de reciclagem e mobilidade regional são desproporcionalmente realizados por aqueles grupos de empregados, cuja posição no mercado de trabalho menos obriga à reciclagem e à mudança, enquanto são precisamente os menos móveis, em termos de residência e de capacitação, os mais severamente ameaçados pela possibilidade de desemprego.

Estes aspectos paradoxais do mercado de trabalho são evidentes na Grã-Bretanha, na Itália e nos Estados Unidos e estimulam o prognóstico de que, onde quer que se concentre o desemprego estrutural, subculturas baseadas numa "economia informal", ou "subterrânea", empobrecida poderiam se desenvolver. Provavelmente, os membros destas subculturas são, no mínimo, passivamente hostis aos valores e normas legais da "sociedade do trabalho", e poderiam facilmente juntar-se em uma "cultura do desemprego" subproletária, uma "não-classe de não-trabalhadores" (Gorz).

Na Alemanha Ocidental também há indicações da emergência de uma "sociedade dividida", marcada por um núcleo produtivo e uma periferia crescente de pobres sustentados (Esser, 1979). Gerhardt Brandt, por exemplo, distingue entre uma "simples" polarização da população assalariada, que poderia ser descrita por meio de categorias sociológicas tradicionais, como qualificação e autonomia, e uma polarização "ampliada"; que ocorre entre setores cruciais da sociedade do trabalho e "pessoal não-qualificado e permanentemente desempregado ou irregularmente empregado" (18).

Acima de tudo, este breve resumo das descobertas e reflexões das ciências sociais a respeito da relevância subjetiva e do potencial de organização da esfera do trabalho aponta para uma "crise da sociedade do trabalho".

Uma sociedade capitalista industrial, altamente desenvolvida e conduzida por um *welfare state* igualmente desenvolvido, tende evidentemente a excluir crescentes porções da força de trabalho social da participação na esfera do trabalho assalariado. Tampouco esta sociedade tem à sua disposição os recursos culturais ou as sanções econômicas necessárias para estabilizar a centralidade subjetiva da orientação para o trabalho, a realização e os salários, através de regras culturais ou da coerção silenciosa dos processos do mercado. O trabalho foi não só objetivamente deslocado de seu *status* de fato da vida, central e auto-evidente; como consequência desta evolução objetiva, mas inteiramente contrária aos valores oficiais e aos padrões de legitimação desta sociedade, o trabalho está sendo privado também de seu papel subjetivo como a força motivadora central na atividade dos trabalhadores.

Para uma revisão da teoria sociológica da estrutura e do conflito

Se é verdade que as formas contemporâneas de atividade social, geralmente designadas como "trabalho", não possuem uma racionalidade comum nem partilham características empíricas, e se o trabalho é, neste sentido, não apenas

objetivamente disforme mas também está se tornando subjetivamente periférico, então surge uma pergunta: quais são os conceitos sociológicos da estrutura e do conflito apropriados para descrever uma sociedade que, no sentido aqui adotado, deixou de ser uma "sociedade do trabalho"?

Se a consciência social não deve mais ser construída como consciência de classe; se a cultura cognitiva não está mais relacionada primeiramente com o desenvolvimento das forças produtivas; se o sistema político deixou de se preocupar, em primeiro lugar, com a garantia das relações de produção e a administração dos conflitos distributivos, e finalmente, se os problemas centrais colocados por esta sociedade não podem mais ser resolvidos em termos das categorias de escassez e produção, então existe claramente a necessidade de um sistema conceitual que possa ajudar a mapear estas regiões da realidade social não determinadas completamente pelas esferas do trabalho e da produção.

Uma proposta teórica, que está ancorada na história da teoria sociológica e que poderia satisfazer esta necessidade, foi elaborada por J. Habermas em *Theorie des kommunikativen Handelns* (1981). Num importante e controvertido afastamento dos paradigmas teóricos clássicos, Habermas descreve a estrutura e a dinâmica das sociedades modernas, não como um antagonismo enraizado na esfera da produção, mas como uma colisão entre os "subsistemas" de ação racional-intencional", mediados pelo dinheiro e pelo poder, de um lado, e um "mundo-da-vida cotidiana" que resiste obstinadamente a estes sistemas, de outro.

Por mais de duas décadas Habermas elaborou uma crítica à "dominação epistemológica do trabalho" no marxismo (Giddens, 1982, p. 152). Apesar de todas as controvérsias e ambigüidades que a acompanham, esta crítica corresponde a uma corrente amplamente "antiprodutivista", existente na tradição marxista da teoria e da pesquisa sociológicas.

Que a fábrica não é o centro das relações de dominação nem o local dos mais importantes conflitos sociais; que os parâmetros "metas-sociais" (isto é, econômicos) do desenvolvimento social foram substituídos por uma "autoprogramação da sociedade"; e que, pelo menos nas sociedades ocidentais, tornou-se altamente enganoso equiparar o desenvolvimento das forças produtivas e a emancipação humana - todas estas afirmações e convicções, encontradas especialmente entre teóricos franceses, como Foucault, Touraine e Gorz, penetraram tão fundo no nosso pensamento, que a "ortodoxia" marxista não desfruta mais de muita respeitabilidade nas ciências sociais.

São sintomáticas desta necessidade emergente as crescentes referências a "modos de vida" (em lugar de "modos de produção") e "vida cotidiana" na sociologia "marxista-leninista" produzida na Alemanha Ocidental (Kuczinsky, 1983).

Essa transformação das suposições básicas das estruturas conceituais de muitas áreas e escolas das ciências sociais está obviamente relacionada com os novos tipos de conflito social e político, cuja emergência Raschke (1980) caracterizou em termos de uma transição de um paradigma político de "distribuição", para um de "forma de vida".

A pesquisa sociológica sobre valores demonstrou, embora não tenha explicado convincentemente, uma transformação análoga do conteúdo predominante do conflito sócio-político, através da distinção conceitual entre "valores materialistas" e "pós-materialistas". Agora existe um amplo consenso nas ciências sociais de que, em muitas sociedades ocidentais, temas de conflito social e político (como paz e desarmamento, proteção ambiental, definição e institucionalização dos papéis sexuais, direitos civis e direitos humanos) dominam a cena.

Estes temas compartilham pelo menos o aspecto negativo de que não podem ser plausivelmente interpretados como conflitos derivados, cujo "real" ponto de origem devesse ser localizado na esfera da produção. Em vez disso, estes temas conflituais são, em certa medida, confrontados pela esfera da produção a partir de fora, onde freqüentemente encontram a resistência unificada *tanto* do trabalho como do capital. Estes funcionam como estruturas de conflito, que surpreendem e confundem, e que os cientistas sociais contemporâneos procuram reconstruir através de dicotomias conceituais como materialista *versus* pós-materialista, modo de produção *versus* forma de vida, ação racional-intencional *versus* ação comunicativa, produção industrial *versus* produção doméstica e sociedade industrial *versus* sociedade pós-industrial (19).

Não obstante, o uso destas dicotomias sofre de duas deficiências, com as quais o futuro desenvolvimento teórico e a pesquisa sociológica estarão provavelmente (e com toda a razão) preocupados durante o próximo período. Primeiro, há uma marcada assimetria no grau de elaboração dos elementos destes pares conceituais: enquanto as dimensões do trabalho e da produção são bastante conhecidas, as estruturas, os atores e os princípios racionais no domínio da "forma de vida", assim como as categorias apropriadas para sua análise, são muito menos claros.

Esta deficiência talvez explique a visível tendência da bibliografia sociológica para recorrer fortemente à historiografia, à literatura, à política, ao jornalismo ou à filosofia.

A segunda fraqueza deste esquema conceitual binário é que, com as únicas exceções de Habermas e (em parte) Bell, as dicotomias se reduzem a classificações *ad hoc*, que permanecem não integradas numa teoria dinâmica da mudança social. Esta teoria deve procurar explicar por que a esfera do trabalho e da produção, em consequência da

"implosão" de seu poder de determinar a vida social, perdeu sua capacidade de estruturação e de organização, liberando, deste modo, novos campos de ação marcados por novos atores e por uma nova forma de racionalidade.

Publicado, em inglês, em *Disorganized Capitalism: contemporary transformations of work and politics*. Oxford, Basil Blackwell, 1986.

Traduzido do inglês por Lucia Hippolito.

NOTAS:

1 - "A Revolução Industrial solapou metodicamente o antigo sistema no qual o trabalho, a família e o lazer constituíam partes de um mesmo conjunto, representado como um todo indiferenciado." (Kumar, 1979, p. 14).

2 - "Através da divisão de trabalho, o indivíduo se torna consciente de sua dependência em relação à sociedade. (...) A divisão de trabalho se torna a fonte principal de solidariedade social." (Durkheim, 1960, pp. 62 e 400).

3 - Esta mudança de perspectiva, assim como a tese de uma "determinação especificamente política" dos processos industriais, que necessitam de uma "vitória da separação científica e prática entre *indústria* e *políticas*", são ambas ilustradas por G. Dörr e F. Naschold (1982) e por U. Jürgens e F. Naschold (1982).

4 - Segundo U. Beck (1981), "todo o paradigma da estratificação e das teorias de classe deve ser discutido, a partir da força de seu realismo". (p. 52) Beck menciona uma "pluralização de formas de vida (...) que rompe os limites do esquema, firmemente estabelecido de estratificação e diferenciação de classe", (p. 52) e de "um 'estrato de renda' que não corresponde a nenhum tipo adotado de forma de vida". (p. 53) S. Hradil (1982) adota uma abordagem similar:

"A abordagem sociológica da estratificação não revela todo o extraordinário domínio da desigualdade social (...) O modelo de desigualdade utilizado pela sociologia da estratificação evidentemente "funcionou" melhor no passado que hoje em dia. (...) Em geral, são precisamente as formas de desigualdade social, especialmente evidentes nos últimos tempos, que não sustentam os dogmas básicos da sociologia da estratificação. Assumiu-se (falsamente) que fatores estruturais específicos (isto é, renda e status) são, em larga medida, igualmente relevantes para a vida de todos os membros da sociedade".

Também consistentes com esta orientação são a elaboração e a aplicação do conceito de uma "*welfare class*" por R. M. Lepsius (1979).

5 - O significado quantitativo da divisão dos "trabalhadores em geral" em formas de trabalho produtivas e produtoras de serviços só fica claro se não as desagregarmos por "setores" (como em geral é feito), mas por postos. O mini-censo de 1980 realizado na Alemanha Ocidental indicou que aproximadamente 27% dos assalariados estão engajados em atividades que lidam principalmente com a manufatura e a produção de bens materiais, enquanto a maioria esmagadora (73%) produz serviços. Ver J. Gerger e C. Offe (1980), U. Berger e C. Offe (1981) e C. Offe (1985).

6 - Uma vez que se concentram apenas no "vínculo" motivacional dos trabalhadores a seu trabalho, estes dois casos (e suas variantes empíricas) não contemplam a possibilidade de que o trabalho "puro" (isto é, em sua forma moderna, de uma esfera especial e agudamente diferenciada de ação social) possa ser relativizado e enriquecido com elementos extraídos da esfera da família e do consumo, de um lado, e das esferas público-políticas, de outro. Esta possibilidade de tentar reunir o trabalho a outras esferas da vida (através de programas de humanização do trabalho ou da expansão de atividades autônomas e pessoais no âmbito doméstico) domina a maior parte da discussão sobre o "futuro do trabalho" na Sociologia e na Ciência Política contemporâneas. Ver a contribuição de F. Benseker *et alii* (1981) e de C. Offe (1985).

7 - Este hedonismo é bastante evidente na indústria do turismo e do lazer, cujos prospectos parecem, às vezes, um manifesto contra o trabalho. Observem, por exemplo, este anúncio publicado no *Neue Westfälische Zeitung* em 17 de março de 1982: "Leve o seu lazer a sério. Ele é a parte mais importante de sua vida!"

8 - Ver H. Braverman (1974). Inúmeros estudos em Sociologia Industrial confirmam a tendência para a "exploração da qualificação, da experiência e do conhecimento" (E. Hildebrandt, 1980, p. 75):

"Auto-iniciativa, pensamento criativo, capacidade para tomar decisões e responsabilidade social tornaram-se não apenas supérfluos enquanto atributos humanos fundamentais, mas foram suprimidos como disfuncionais. Pouco a pouco, o processo de produção força os assalariados a renunciar à sua competência ocupacional e social, à formulação do próprio trabalho, assim como às próprias idéias sobre o trabalho concreto.

9 - Atualmente, os conhecidos sentimentos e observações sobre "pular fora" (*dropping out*) contrastam com a "idéia de uma vocação": "Muitas pessoas, inclusive aquelas que estão trabalhando duro, separaram sua conduta e sua auto-imagem (...) de sua experiência profissional (...) sem desenvolver uma nova forma de identidade além do trabalho". (F. R. Volz, 1982, p. 46).

10 - Em um relatório de pesquisa do SOFI, um dos trabalhadores entrevistados reduziu este ponto a uma fórmula concisa: "Hoje em dia ninguém mais é adequadamente formado para ser um trabalhador".

11 - "O tempo liberado pela contração do trabalho é livre no sentido de perda de estrutura." (R. Dahrendorf, 1980, p. 753) Evidentemente, esta tese é relativizada pelas descobertas empíricas sobre as atitudes em relação ao lazer, que identificam o efeito *restritivo* do emprego nessa esfera. Os limites externos estabelecidos pelo trabalho consistem, *subjétivamente*, na exaustão física, nervosa e social ou na desativação da força de trabalho, produzida por esta exaustão, e *objetivamente* no fato de que a maioria das formas institucionalizadas de lazer (como, por exemplo, o turismo) depende em larga medida de uma renda disponível. Apesar disto, não se pode falar de uma "estruturação" do lazer pelo trabalho, mas antes de uma "limitação" ou de um "condicionamento".

12 - D. Anthony (1980, p. 419) explica a santidade do trabalho na cultura ocidental, a "ideologia do trabalho", pelo mecanismo de dissonância-redução, como uma exaltação normativa da realidade: (*International Social Science Journal*, n.º 32, 3 (1980)

"*Como o trabalho tem sido sua sina desde tempos imemoriais, o homem o investiu com um pouco da significação que ele acredita existir na vida.*"

O substrato destas normas culturais está, entretanto, em processo de dissolução.

A visão tradicional exige agora sérias modificações (...) Estas mudanças têm várias conseqüências, que ameaçam a continuação da "ideologia do trabalho", pois tornam desnecessário ou inútil para a sociedade salientar a importância dominante do trabalho e a zelosa adesão à sua disciplina. Elas também significam que a unidade coincidente entre vida e trabalho não existe mais a vida do homem parece tornar-se, de várias formas, cada vez mais independente do trabalho.

Ver ainda D. Anthony (1977) C. Jenkins e B. Sherman (1979).

13 - Todas as indicações sugerem que as conclusões de Kumar para a Inglaterra podem ser estendidas ao restante da Europa Ocidental: "Estamos diante de um futuro em que o desemprego será uma experiência normal, e nada aberrante, de toda a população". (Kumar, 1979, p. 25)

14 - Na Alemanha Ocidental, por exemplo, um em cada dois trabalhadores e um em cada três empregados em serviços são aposentados antes de atingir a idade-limite. De outro lado, um em cada seis trabalhadores e um em cada dez empregados em serviços tornam-se cronicamente incapazes, antes dos 50 anos, de exercer qualquer atividade remunerada. Estas transformações da estrutura temporal e social da existência "Pós-industrial" são freqüentemente reforçadas por diferentes expectativas: "Quanto mais tempo as pessoas passam fora da força de trabalho assalariado, antes e durante uma carreira profissional, mais elas descobrem que o trabalho não representa mais um foco suficiente de organização de suas vidas". (F. Block e L. Hirschorn, 1979, p. 374)

15 - Certamente este ponto não deveria ser simplificado demais, porque a descentralização moral do trabalho resulta numa perda de significado em si. Esta perda, que acompanha a experiência do desemprego, pode ser produzida pela desorganização do *life-world*. A veemente reação contra esta experiência (antecipada) e em favor do trabalho "significativo", que contribua para a auto-realização, pode ser encontrada particularmente entre os jovens, como indica o exemplo dos Estados Unidos, descrito por B. Berger. Esta reação se observa principalmente em favor de serviços organizados pelo Estado e é, a este respeito, irrealista e "estruturalmente inadequada". A autora ressalta o problema de uma "contradição entre as aspirações ocupacionais e o mercado de trabalho existente". (B. Berger, 1974, p.61)

16 - Com relação a este ponto, ver minha discussão altamente especulativa, "Alternative Strategies in Consumer Policy" (C. Offe, 1984, pp. 220-38).

17 - Sobre esta questão, ver W. A. Jöhr (1976), assim como a crítica empírica a esta tese, tentada por P. Windolf (1982). Para uma crítica detalhada do *welfare state*, ver C. Offe (1984).

18 - Ver G. Brandt (1980, p. 19). Mais aguda é a observação de C. Deutschman (1981): "Não são os conflitos trabalhistas gerados pela 'subordinação real', mas antes um falta generalizada de trabalho, a impossibilidade de basear nele a segurança social, que parece estar se desenvolvendo como o problema social predominante do futuro".

19 - As reorientações políticas e estratégicas impostas à esquerda pela descentralização objetiva e subjetiva do trabalho tornaram-se bastante evidentes desde meados da década de 70. Considerem as seguintes citações: "Formas obreiristas de ideologia socialista são incapazes de articular várias questões significativas para a população e, em parte por esta razão, têm uma ocorrência e um efeito apenas setoriais". (B. Hindess, 1981, p. 42) "O movimento e as reações antinucleares marcam uma mudança considerável no campo político. É a primeira vez que os problemas do trabalho e da produção deixaram de ocupar a posição central na vida política". (A. Touraine, 1981) "Certamente os impulsos anticapitalistas não desapareceram, porém eles provêm cada vez mais de outras variáveis (idade, papéis sexuais, arranjos territoriais, posição no mercado de trabalho) do que da condição dos trabalhadores assalariados em si". (A. Melucci, 1981, p. 124). Ver ainda S. Lipset (1981)

Bibliografia

ANTHONY, D. (1977). *The Ideology of Work*. Londres.

ARENDT, H. (1958). *The Human Condition*. Nova York.

- BECK, U. (1981). *Auf dem Weg in die individualisierte Klassengesellschaft?* Bamberg, inédito.
- BELL, D. (1976). *The Cultural Contradictions of Capitalism*. Nova York.
- BENSELER, F. et alii (1982). *Die Zukunft der Arbeit*. Hamburgo.
- BERGER, B. (1974). "People Work, the Youth Culture, and the Labour Market". *The Public Interest*, n ° 35.
- BERGER, J. (1981). "Wandlungen von Krisenmechanismen in wohlfahrtsstaatlichen Kapitalismus". *Das Argument*, n ° 46/81-94.
- BERGER, J. (1983). "Theorie des kommunikativen Handelns". *Telos*, n ° 57/194-205.
- BERGER, J. & OFFE, C. (1980). "Die Entwicklungsdynamik des Dienstleistungssektors". *Leviathan*, n.o 8 (1)/41-75.
- BERGER, U. & OFFE, C. (1981). "Das Rationalisierungsdilemma der Angestelltenarbeit", in J. Kocka (ed.) *Angestellte im Europäischen Vergleich*, Göttingen, pp. 39-58.
- BLOCK, F. & HIRSCHHORN, L. (1979). "New Productive Forces and the Contradictions of Contemporary Capitalism: A Post-Industrial Perspective". *Theory and Society*, n ° 7.
- BOWLES, S. & GINTIS, H. (1982). "The Crisis of Liberal Democratic Capitalism: The Case of the United States". *Politics and Society*, n ° 11/51-93.
- BRANDT, G. (1980). *Die Zukunft der Arbeit in der "nachindustriellen" Gesellschaft*. Frankfurt, inédito.
- BRAVERMAN, H. (1974). *Labour and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the 20th Century*. Nova York.
- BRUCE-BRIGGS, B. (ed.). (1979). *The New Class*. Nova York.
- CONZE, W. (1972). "Arbeit", in W. Conze & R. Koselleck (eds.), *Geschichte Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*, vol. 1. Stuttgart.
- CRUZIUS, R. & WILKE, M. (1982). *Eisenheitsgewerkschaft und Berufspolitik*. Frankfurt.
- DAHRENDORF, R. (1980). "Im Entschwinden der Arbeitsgesellschaft: Wandlungen der sozialen Konstruktion des Menschlichen Lebens". *Merkur*, n.o. 34/749-60.
- DEUTSCHMANN, C. (1981). *Das Theorem der realen Subsumption der Arbeit unter das Kapital und die gegenwärtigen Tendenzen der Automation*. Frankfurt, inédito.
- DÖRR, G. & NASCHOLD, F. (1982). "Arbeitspolitische Entwicklungen in der Industriearbeit", in G. Schmidt et alii (eds.), *Materialien zur Industriesoziologie*, n ° especial de *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, pp. 433-56.
- DURKHEIM, E. (1960). *The Division of Labour in Society*. Nova York.
- ESSER, J. et alii (1979). "Krisenregulierung Mechanismen und Voraussetzungen". *Leviathan*, n ° 7/79-96.
- GIDDENS, A. (1982). "Labour and Interaction", in J. B. Thompson & D. Held (eds.), *Habermas: Critical Debates*. Londres.
- GORZ, A. (1982). *Farewell to the Working Class*. Londres.
- GUGGENBERGER, B. (1982). "Am Ende der Arbeitsgesellschaft", in F. Benseler et alii (eds.), *Zukunft der Arbeit*. Hamburgo.
- HABERMAS, J. (1981). *Theorie des kommunikativen Handelns*. 2 vol., Frankfurt am Main.
- HEINZE, R. G. et alii (1980). "Sind die Gewerkschaften für 'alle' da?", in O. Jacobi, E. Schmidt & W. Möller-Jentsch (eds.), *Moderne Zeiten-alte Rezepte. Kritisches Gewerkschaftsjahrbuch (1980/81)*. Berlin, pp. 62-77.
- HILDEBRANDT, E. (1980). "Arbeit im Wandel: Subjektive Einstellungen und gesellschaftliche Wertung". *Stimme der Arbeit*, n ° 22, 3.

- HINDESS, B. (1981). "Parliamentary Democracy and Socialist Politics", in M. Prior (ed.), *The Popular and the Political*. Londres.
- HIRSCH, F. (1977). *Social Limits to Growth*. Londres.
- HRADIL, S. (1982). *Sozialen Lage: eine Alternative zum schichtungssoziologischen Modell sozialer Ungleichheit*. Munique, inédito.
- JENKINS, C. & SHERMAN, B. (1979). *The Collapse of Work*. Londres.
- JÖHR, W. A. (1976). "Die kollektive Selbstschädigung durch Verfolgung des eigenen Vorteils", in *Wettbewerb, Konzentration und wirtschaftliche Macht*. Berlin, Festschrift for H. Arndt.
- JÜRGENS, U. & NASCHOLD, F. (1982). "Arbeitspolitik, Entwicklungstendenzen und Politikformen", in J. Hesse (ed.), *Vermaltungswissenschaft und Politikwissenschaft*, n° especial de *Politische Vierteljahresschrift*.
- KUCZINSKY, J. (1983). *Geschichte des Alltags des deutschen Volkes*. vol. 5, Berlin Oriental.
- LANE, R. E. (1978). "Markets and the Satisfaction of Human Wants". *Journal of Economic Issues*, n. 12/799-827.
- LEPSIUN, R. M. (1979). "Soziale Ungleichheit und Klassenstruktur in der Bundesrepublik Deutschland", in H. U. Wehler (ed.), *Klassen in der Europäischen Sozialgeschichte*, Göttingen.
- LIPSET, S. M. (1981). "Whatever Happened to the Proletariat". *Encounter*, n ° 5-6.
- MAHNKOPF, B. (1982). "Das Kulturtheoretische Defizit industriesoziologischer Forschung". *Prokla*, n ° 12/421-60.
- MELUCCI, A. (1981). "New Movements, Terrorism and the Political System". *Socialist Review*, n ° 56.
- MUECKENBERGER, U. (s/d), "Zur Problematik eines Rechts auf Arbeit", in *Arbeitsprozess, Vergesellschaftung, Sozialverfassung*. Bremen.
- OFFE, C. (1984). *Contradictions of the Welfare State*, Londres.
- OFFE, C. (1985). *Disorganized Capitalism*. Londres.
- OFFE, C. (s/d), "New Social Movements: A Challenge to Politics", in C. S. Maier (ed.), *The Changing Boundaries of the Political*. (no prelo)
- RASCHKE, J. (1980). "Politik und Wertwandel in den westlichen Demokratien". *Aus Politik und Zeitgeschichte*, n ° 36/23-45.
- SABEL, C. F. (1982). *Work and Politics: The Division of Labour in Industry*. Cambridge.
- SCHELSKY, H. (1975). *Die Arbeit tun die Anderen*. Opladen.
- SCHUMANN, M. (1979). "Entwicklungen des Arbeiterbewusstseins". *Gewerkschaftliche Monatshefte*, n. 30.
- SCITOVSKY, T. (1976). *The Joyless Economy*. Nova York.
- STRASSER, J. & TRAUBE, K. (1981). *Die Zukunft des Fortschritts*. Bonn.
- TOURAINÉ, A. (1981). *Anti-nuclear Reaction or Anti-nuclear Movement?*. Paris, inédito.
- VOLZ, F. R. (1982). *Die Arbeitsgesellschaft*. Frankfurt.
- WEBER, Max. (1958). *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. Nova York.
- WINDOLF, P. (1982). "Neue Arbeitslosigkeit und die Grenzen der Sozialpolitik". *Soziale Welt*, n ° 33/365-99